

Dois anos e dois meses depois do primeiro anúncio oficial, o governo de São Paulo arrefeceu seu ânimo de passar o ensino público "a limpo". Em setembro de 1991, o "Programa de Reforma" do governo Luiz Antônio Fleury Filho prometia fazer que a sociedade paulista voltasse a ter orgulho da escola pública; depois de uma greve de 79 dias, o governo mudou de prioridades, considerando haver chegado a hora de pensar na recuperação dos salários dos professores. A prioridade inicial era a chamada escola padrão. Ela não foi abandonada, apenas suspensa...

O projeto foi elaborado por um grupo de especialistas ao longo de meses de trabalho. Cada unidade de ensino seria uma "escola padrão" e funcionaria como um modelo de excelência. O programa previa a transformação, ao longo

do governo Fleury, das 6.200 escolas públicas em "escolas padrão". Os professores de cada uma dessas unidades reformadas, poderiam optar por uma jornada de dedicação exclusiva, recebendo uma gratificação salarial de 30%, trabalhando com um apoio pedagógico e material que chegaria prioritariamente a estas unidades. Os "Centros de Informação e Criação" substituiriam as bibliotecas, bem como os "Laboratórios de Difusão de Ciência e Tecnologia", o conhecido laboratório escolar. Agora, o governo apenas se empenhará para que o programa atinja o maior número de unidades.

A bem da verdade, o Programa de Reformas do governo Fleury nunca contou com grande apoio. Um ano depois do anúncio oficial, agosto de 1992, uma "carta de intenções" selava um acordo entre a associação dos professores e o go-

verno, modificando aspectos pedagógicos do projeto e garantindo o envio de projeto à Assembléia Legislativa, assegurando a prometida gratificação extra ao docente da escola padrão. Um ano depois! A carta repetia a promessa de promoção de curso de treinamento e assegurava o fim do "reagrupamento de classes", motivada como sempre pela impressionante evasão escolar.

A população acreditou na mensagem do ensino público "passado a limpo". Em janeiro de 1992, das 404 mil transferências registradas naquele ano, 332 mil foram de estudantes vindos de outras escolas estaduais. Como reagirá ao saber que o "Programa de Reforma

do Ensino Público do Estado de São Paulo" perdeu seu ímpeto por motivos financeiros, que poderiam ter sido previstos?

O Estado mais rico da Federação brasileira conseguiu reformar apenas 1.358 escolas (300 delas plenamente). Por que se chegou a tal ponto? As opções orçamentárias do governo Fleury nunca privilegiaram a Educação. Em 1992, quando a "carta de intenções" foi assinada, a fatia orçamentária da Edu-

cação caíra 1,3 ponto porcentual da média da administração anterior. Aquela, que pelo menos prometera construir apenas mil quilômetros de estradas pelo "interior amigo" e nunca ousara falar em reformar o ensino público!

Suspendendo o programa das "escolas padrão", o governo dá duro golpe no ensino público